

PINGA-FOGO

■ **LIDE BRAZIL INVESTMENT FORUM** - A capital financeira do mundo será, nesta terça-feira (13), o centro das atenções da política e da economia brasileira. O Harvard Club, em Nova York, recebe a 14ª edição do LIDE Brazil Investment Forum, evento promovido pelo Grupo de Líderes Empresariais (LIDE) com o objetivo de fortalecer os laços institucionais e econômicos entre Brasil e Estados Unidos.

■ O encontro vai reunir cerca de 300 convidados — entre empresários, investidores e autoridades dos Três Poderes — para uma maratona de debates de alto nível. Estão confirmadas figuras de peso da política nacional, como o presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro Luís Roberto Barroso, que fará a palestra de abertura; e o presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos-PB).

■ **Participam ainda, o procurador-geral da República, Paulo Gonet; e os senadores** **Ciro Nogueira (PP-PI), Tereza Cristina (PP-MS), Nelsinho Trad (PSD-MS), Soraya Thronicke (União-MS) e Irajá Silvestre (PSD-TO).** Barroso e Gonet estarão no Pannel 1, com o tema “O Brasil e seu papel na institucionalidade com os Estados Unidos”. Compõe a mesa de autoridades, o presidente do TCU, Vital do Rêgo.

■ O segundo painel do dia, “As relações econômicas entre o Brasil e os Estados Unidos”, reunirá governadores com agendas internacionais, como Cláudio Castro (RJ), Eduardo Leite (RS), Ronaldo Caiado (GO), Raquel Lyra (PE), Ibancis Rocha (DF), Renato Casagrande (ES) e Jorginho Mello (SC). Também participam o ex-ministro da Fazenda Henrique Meirelles e o presidente do BRB, Paulo Henrique Costa.

■ **O encerramento do evento contará com discursos do ex-governador de São Paulo e co-chairman do LIDE, João Doria, e do ex-presidente da República, Michel Temer.**

■ **NOVA GESTÃO NA ABI** - Nesta terça-feira, dia 13, a ABI (Associação Brasileira de Imprensa) realiza a cerimônia de posse da sua nova diretoria, eleita para o triênio 2025/2028. O evento, que acontece às 16h na sede histórica da entidade, no Centro do Rio, será transmitido ao vivo pelo canal ABI TV no YouTube. O presidente Octávio Costa, reconduzido ao cargo, será o anfitrião da solenidade, que deve reunir jornalistas, autoridades e personalidades do meio.



MAGNAVITA

claudio.magnavita@gmail.com

@colunamagnavita

Advocacia e autoridades prestigiam posse da nova diretoria do IAB

Realizada na sede da Confederação Nacional do Comércio (CNC), no Centro do Rio, na última sexta-feira (9), a posse da nova diretoria do Instituto dos Advogados Brasileiros (IAB) reuniu grandes nomes da advocacia fluminense e autoridades para celebrar o início da nova gestão, entre eles a presidente da OAB-RJ, Ana Tereza Basílio.

A advogada Rita Cortez assumiu a presidência da instituição pela terceira vez, após ser eleita em março passado com 51,28% dos votos válidos. “Foi com júbilo e senso de dever cumprido que exerci a presidência do IAB por dois mandatos seguidos. Com ética, elegância, leveza e respeito aos que nos antecederam, assumimos esta gestão com a construção coletiva de um trabalho focado na retomada de rumos, arrejado, inclusivo, respeitador da diversidade e, além de tudo, inovador na sua execução”, declarou.

Compuseram a mesa da solenidade o

ministro do Tribunal Superior do Trabalho (TST) Alexandre Agra Belmonte; o presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região (TRT1), desembargador Roque Lucarelli Dattoli; o subsecretário de Governo da Prefeitura do Rio, William Muniz; o senador Bernardo Cabral, membro benemérito do IAB; o procurador-geral da Câmara Municipal do Rio de Janeiro, Rodrigo Lourega; e o presidente da Federação Interamericana de Advogados, Marco Antonio García Claros.

Diretoria do IAB

Além da presidente Rita Cortez; primeira vice-presidente, Adriana Brasil Guimarães; segunda vice-presidente, Ana Amélia Menna Barreto; terceiro vice-presidente, James Walker; secretário-geral, Bernardo Gicquel; e a secretária-geral adjunta, Edméa da Conceição Ribeiro Cardoso.



Ana Tereza Basílio, presidente da OAB-RJ, esteve presente na solenidade



O procurador-geral da Câmara Municipal do Rio, Rodrigo Lourega, também prestigiou a cerimônia



O ministro do TST, Agra Belmonte, durante a posse na sede da CNC



Rita Cortez assume, pela terceira vez, a presidência do IAB



Subsecretário de Governo da Prefeitura do Rio, William Muniz, durante discurso



O presidente do TRT1, Roque Lucarelli, com Ana Basílio, presidente da OAB-RJ

■ **AULA MAGNA** - Wagner VICTER será o protagonista da Aula Magna da Escola Politécnica da UFRJ nesta terça-feira (13), às 12h, no auditório da Engenharia Naval (Bloco C), com transmissão ao vivo pelo YouTu-

be da Politécnica. Com o tema “Jovem Engenheiro(a) e as Oportunidades na Indústria do Petróleo, na Energia e na Transição Energética no Século 21”, VICTER retorna à universidade onde se formou em Engenharia Mecâni-

ca para falar aos alunos sobre os desafios e possibilidades nos setores mais estratégicos da engenharia nacional.

■ Atual Gerente Executivo de Programas Estruturantes da Pe-

trobras, VICTER tem uma trajetória marcada por cargos-chave no setor público: já foi secretário de Estado de Energia, Indústria Naval e Petróleo do RJ, presidente da CE-DAE, presidente da FAETEC e secretário de Educação.

Fernando Molica

INSS: inocentes, só os aposentados e pensionistas

No escândalo do INSS, há culpas para todos os lados. Assim, Lula tem elementos para jogar a bomba para o colo de Jair Bolsonaro, assim como o senador Rogério Marinho (PL-RN), secretário da Previdência entre 2019 e 2020, pode transferir responsabilidades para o governo petista.

Outros ex-presidentes também não podem ser absolvidos de cara: a autorização para os descontos nos vencimentos dos aposentados começou em 2001, quando o presidente era Fernando Collor de Mello, que hoje cumpre prisão domiciliar.

Para ficar apenas nos casos mais recentes: Bolsonaro e Lula foram, na melhor das hipóteses, omissos ao tratarem dos casos de entidades que, mensalmente, roubavam aposentados e pensionistas. Marinho costuma ressaltar que, no início de 2019, o gover-

no editou uma medida provisória contra fraudes na Previdência que, entre outros itens, dificultava a manutenção da fraude — a autorização para os descontos (de um modo geral, inexistente) teria que ser renovada anualmente.

Em vídeos, o ex-secretário da Previdência lembra que parlamentares do PT, do PDT e de partidos aliados a Lula apresentaram emendas para retirar a exigência. Mas não foram apenas eles: o PR, que acabaria virando PL, também propôs mudar a determinação. Os partidos de esquerda e centro-esquerda tinham 135 deputados, o que correspondia a 26% da Câmara. Sozinhos, não conseguiriam mudar a regra.

A MP acabou sendo aprovada e sancionada pelo então presidente com a exigência de renovação da suposta autorização para os tais descontos a cada

três anos; depois, outra lei ampliou o prazo em mais um ano. Até que, ainda sob Bolsonaro, emenda enfiada em MP que travava de microcrédito acabou com qualquer tipo de obrigação.

O governo do qual Marinho fez parte não se empenhou para manter a restrição prevista pela MP, sem dúvida, uma boa iniciativa. É só comparar o esforço que o então presidente viria a fazer para tentar aprovar a exigência de voto impresso.

Mais: como mostrou a coluna Correio Bastidores no último dia 5, foi sob Bolsonaro que o INSS assinou acordos de cooperação — que viabilizaram as fraudes — com sete das 11 entidades que, de acordo com a Polícia Federal, mais fraudaram aposentados. O governo Lula renovou um deles e assinou um outro.

Em entrevista na semana passada,

o petista afirmou que foi em seu mandato que a Controladoria-Geral da União decidiu apurar a rouboalheira. O problema é que providências concretas só ocorreram depois que ele já estava na cadeira presidencial havia dois anos e quatro meses.

Independentemente da CGU e da Polícia Federal, o próprio INSS deveria ter tomado providências para estancar uma sangria já conhecida pelo Congresso Nacional e que era alvo de repetidas queixas em órgãos de defesa do consumidor e mesmo na Justiça.

A postura do então ministro Carlos Lupi diante da divulgação da operação da PF mostra que o governo sabia muito bem o que estava em jogo. O expressivo aumento no valor total desviado a partir de 2023 também indica a banalização das fraudes.

Não adianta esconder o que é ób-

vio: a safadeza contra os aposentados foi mantida por muito tempo porque interessava ao mundo político mantê-la. Mais do que um jabuti, essa jubarte foi colocada e mantida no alto da árvore por ter contado com a colaboração de políticos de diversos partidos e tendências.

É impossível que apenas detentores de cargos no INSS se locupletassem sem que houvesse autorização, quicá, parceria, com aqueles que foram responsáveis por suas indicações.

Essa é uma daquelas histórias que têm muitos culpados — até agora, inocentes são apenas aposentados e pensionistas. Essa pulverização de responsabilidades não pode, porém, servir de escudo para uma impunidade coletiva. A PF tem a obrigação de mostrar os que roubaram e os que permitiram e/ou autorizaram o roubo.